



---

**Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo**

**A feminização da pobreza: Crise capitalista e insuficiência neoliberal**

**Resumo:** Este trabalho tem o objetivo de discutir o conceito de pobreza e o agravamento dela entre as mulheres, naquilo que é denominado como *feminização da pobreza*, considerando, a desigualdade e seus determinantes na vida das mulheres, analisando o capitalismo como ferramenta sedimentada no trabalho assalariado, que condiciona a exploração da trabalhadora, a sua alienação, opressão, e a reprodução da desigualdade que hoje, visa o ideal de capitalização de forma preconizada aos bens materiais, inflamando a pobreza das massas, a marginalização das minorias, e conseqüentemente, a supressão do acesso da mulher à condição de bem-estar social.

**Palavras-chave:** Pobreza; mulheres; mulheres; feminização da pobreza; capitalismo; neoliberalismo.

**The feminization of poverty: Capitalist crisis and neoliberal insufficiency**

**Abstract:** This work aims to discuss the concept of poverty and its exacerbation among women, referred to as the feminization of poverty. It considers inequality and its determinants in women's lives, analyzing capitalism as a system entrenched in wage labor that conditions the exploitation of female workers, their alienation, oppression, and the reproduction of inequality. This system, which prioritizes capital accumulation and material goods, exacerbates mass poverty, marginalizes minorities, and consequently suppresses women's access to social well-being.

**Keywords:** Poverty; women; feminization of poverty; capitalism; neoliberalism.

**1 Introdução**

A questão da pobreza, na sociedade contemporânea, representa um dos desafios mais urgentes e complexos, e se apresenta de forma grave, principalmente quando se considera a lógica capitalista como fator determinante no agravamento da opressão de grande parcela da população, em especial as mulheres.

A pobreza afeta milhões de indivíduos em todo o mundo, transcendendo fronteiras geográficas, culturais e socioeconômicas, e para compreendê-la é importante situá-la como um problema de fatores multidimensionais, não tendo somente a renda per capita como elemento determinante, mas sim, vários índices que, juntos, compõe a dignidade da pessoa humana.

O capitalismo como sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção, na busca do lucro e na alocação de recursos através do mercado, se desenvolveu ao longo dos séculos, com diferentes formas e características em diversas épocas e regiões, coexistindo com diferentes sistemas políticos, desde democracias liberais até regimes autoritários. Tal ideal está sedimentado no trabalho

assalariado, que condiciona a exploração do trabalhador, a sua alienação e opressão, e a reprodução da desigualdade, de modo que a pobreza estrutural, por sua vez, coloca-se em um emaranhado de incongruências ideológicas intrinsecamente ligadas à estrutura e dinâmica da sociedade burguesa.

O resultado deste modelo econômico, que rege os passos da sociedade, atrela concomitantemente, de forma desordenada o avanço da pobreza (Marx, 2013), uma vez que o acúmulo de capital que resultou na progressão da produção, ao mesmo tempo, produziu novas formas de exploração da casta laboriosa.

A pobreza estrutural é uma manifestação das desigualdades inerentes ao sistema capitalista, onde a riqueza e os recursos são concentrados nas mãos de uma elite, enquanto a maioria da população enfrenta dificuldades para atender às suas necessidades básicas. Essa situação está em contradição com a narrativa de que o sistema burguês oferece oportunidades iguais para todos, evidenciando que a própria estrutura social e econômica perpetua a pobreza e a desigualdade.

O sistema capitalista vende um cenário em que se acredita que a competição entre empresas em um mercado livre leva a uma alocação mais eficiente de recursos e ao crescimento econômico, defendendo também a redução da intervenção estatal na economia, a privatização de empresas estatais e a adoção de políticas fiscais e regulatórias mais liberais, em que prega a autonomia e a liberdade dos indivíduos, tanto no âmbito econômico quanto no político, acreditando que isso estimula a inovação e o progresso onde a busca pela eficiência e pelo aumento da produtividade é vista como fundamental para o desenvolvimento econômico e a melhoria do bem-estar.

No entanto, o capitalismo como corrente de pensamento econômico e político vigente, se compreende em uma vasta gama de relações político-econômicas que se alastram por várias esferas da vida humana de maneira desigual, injusta e corrosiva ao bem-estar social, ao enfatizar a importância da liberdade individual, da iniciativa privada e do livre mercado como fundamentais para o desenvolvimento econômico e a organização social, baseando seus ideais no liberalismo clássico, trazendo a tona algumas distinções específicas, que deixam de lado aspectos sociais fundamentais para a manutenção da dignidade humana (Dardot e Laval, 2016).

## 2 A insuficiência neoliberal

O neoliberalismo pode ser visto como uma fase ou uma variante do capitalismo caracterizado pela desregulamentação político-econômica, que implica na redução da intervenção do governo na economia; a privatização, que transfere serviços e empresas públicas para o setor privado; a austeridade fiscal, que visa reduzir os gastos públicos para diminuir déficits; e a globalização, que promove o comércio e o investimento internacional livres de barreiras.

Assim, enquanto o capitalismo clássico se foca na propriedade privada e nos mercados livres, o neoliberalismo enfatiza a minimização do papel do Estado na economia e a promoção de políticas que favoreçam o livre mercado global.

Neste interim, pode-se dizer que o neoliberalismo possui duas faces distintas: a modernização da sociedade, para ajustá-la aos princípios do mercado, e a preservação ou recuperação das formas tradicionais de vida, como métodos de enquadramento hierárquico e normalização autoritária da população (Sauvêtre et al., 2021).

No decorrer da história, a reestruturação da economia mundial, principalmente nos anos 60 e 70, decorrente do ciclo de lutas da época, transformou a organização da reprodução e das relações de classe. Nesse processo de globalização, a autora Federici (2019) cita aquilo que ela denomina “salto histórico no tamanho do proletariado mundial”, que se apresentou como um processo de acumulação primitiva, assumindo várias formas, primeiramente com a expansão do mercado de trabalho, e, posteriormente, naquilo chamado “processo global de “cercamentos”, que separou milhões de sua terra, de seu trabalho e de seus “direitos consuetudinários”, quanto pelo aumento do emprego das mulheres” (Federici, p. 211-212, 2019).

A implantação dessas políticas neoliberais muitas vezes resulta justamente em desigualdades econômicas crescentes e exclusão social. Deste modo, promover uma concentração significativa de poder econômico nas mãos de grandes corporações e de elites financeiras pode levar a uma diminuição da diversidade econômica e da concorrência, resultando em uma influência desproporcional sobre a política e as decisões sociais (Zizek, 2011), bem como a redução dos programas de bem-estar social, a flexibilização das leis trabalhistas e a privatização de serviços públicos essenciais podem contribuir para a marginalização de certos grupos sociais e aumentar as

disparidades socioeconômicas (Zizek, 2011).

O Brasil, especificamente, é marcado, sociologicamente, por uma grave desigualdade, que se acentua com a adoção de uma agenda neoliberal e de medidas de ajuste estrutural que desencadearam profundas transformações nas relações entre Estado e sociedade. Estas expressões se materializam no retrocesso do emprego, e na “[...] distribuição regressiva de renda e [...] ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades dos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens” (Iamamoto, 2008, pg. 147).

E mesmo as políticas sociais possuem caráter de seletividade e compensação, pois são direcionadas aos mais pobres, mas fora da ótica dos direitos e da cidadania, porque o acesso a elas não se dá pela condição de cidadania, mas pela lógica do excluído, da exclusão social, visando tão somente solucionar meramente problemas aparentes, sem alterar as bases e estruturas sociais que ocasionam tais problemas. Nesse sentido, Mauriel (2008) assevera:

Em relação à fome, à pobreza e ao trabalho como formas de opressão e sofrimento humanos, Moore afirma que não se trata de fenômenos que derivam de uma situação de escassez, haja vista que a humanidade atingiu um patamar de conhecimento técnico suficiente para resolvê-la. Contudo, uma enorme proporção da população continua verdadeiramente “faminta” (ou pobre, no sentido mais geral), particularmente nas áreas economicamente “menos desenvolvidas” do mundo (Mauriel, 2008, pg. 84).

Importante discorrer, nesse ponto, sobre o próprio conceito de pobreza. De acordo com Silva (2008) pobreza se constitui como um fenômeno estrutural, complexo, multidimensional que vai para além da renda e do usufruto de bens e serviços, proveniente da exploração do trabalho e da desigual distribuição da riqueza socialmente produzida, decorrente de um quadro de extrema desigualdade.

Há que se considerar, inclusive, a importância de se destacar as particularidades, as características que a diferenciam de uma região para outra, de um país a outro. Ao mesmo tempo, a sua interpretação apresenta uma estreita relação com fatores culturais, como por exemplo, gênero, raça e etnia (Arriagada, 2005). Assim, de acordo com o autor, a pobreza pode ser compreendida como sendo:

Una síndrome al que se asocia el infraconsumo, la desnutrición, las precarias condiciones de vivienda, los bajos niveles educacionales, las malas condiciones sanitarias, una inserción inestable en el aparato productivo, actitudes de desaliento y anomia, poca participación en los mecanismos de

integración social, y quizás la adscripción a una escala particular de valores, diferenciada en alguna medida de la del resto de la sociedad (Altimir apud Arriagada, 2005, pg.102-103).

As Nações Unidas, através do Programa para o Desenvolvimento Humano (PNUD) e a fim de debater a questão da pobreza, instituíram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a fim de medir a qualidade de vida e o progresso humano ao redor do mundo. Utiliza-se como indicadores a combinação de medidas relativas à esperança de vida, escolarização, alfabetização e renda (Stein, 2006, pg 88). Nesse sentido:

Ao instituir diferentes índices de desenvolvimento, o PNUD declara, em seu Informe de 1997, que a pobreza, desde a perspectiva do desenvolvimento humano, significa “*la denegación de opciones y oportunidades de vivir una vida tolerable*”, a qual “*no se centra en lo que la gente puede o no tener, sino en lo que puede o no hacer*” (PNUD, 2000, p. 22). Refere-se, portanto, não somente à privação da renda, mas também, à capacidade de viver uma vida digna, prolongada, saudável, que possibilite à pessoa participar plenamente da vida em comunidade. Apóia-se, na concepção de pobreza como “*inadecuación de capacidad*” [...] que a distingue da noção de pobreza de renda, sem, contudo, ignorá-la, já que a renda é um meio de obter capacidades, ou seja, “*a privación de renda puede resultar em privación absoluta de capacidades*” (Stein, 2006, pg. 89).

Portanto, a discussão sobre a categoria da pobreza deve ser mais abrangente, uma vez que a aferição da pobreza com referência apenas na renda *per capita* encobre evidências qualitativas e subjetivas, importantes na análise das condições sociais dos sujeitos. Assim, o caráter multidimensional da pobreza se traduz além de privações materiais, para essa categorização onde os pobres estão expostos a maiores vulnerabilidades e riscos sociais.

### **3 Gênero e feminização da pobreza**

A análise da pobreza, sob uma perspectiva de gênero, permite verificar como as mulheres estiveram sempre em situação de exploração de forma muito particular, e muito mais intensa que os homens da classe trabalhadora, o que sempre esteve em consonância com os interesses das classes dominantes, especialmente dentro do sistema capitalista.

Importante destacar, nesse ponto, o próprio conceito de gênero, definido pela historiadora Joan Scott (1991), como uma categoria analítica capaz de possibilitar a

compreensão de que as distinções baseadas no sexo tem um caráter fundamentalmente social (e não exclusiva e/ou meramente biológica), surgido das relações construídas (assimetricamente, na maioria das vezes) entre homens e mulheres, (ou entre homens-homens, mulheres-mulheres). Destaca-se aqui aquilo que é chamado de teoria do patriarcado, na qual as mulheres encontram-se em condições de subordinação aos homens, sendo o homem o principal provedor familiar, segregando às mulheres os cuidados e afazeres domésticos, de cuidados, criação e educação dos filhos (Scott, 1991).

Desde tempos históricos, o trabalho humano é dividido de acordo com gênero masculino ou feminino, atendendo as expectativas sociais, estabelecendo que os homens devem-se ater à esfera produtiva de maior valor social, tais como atividades políticas, religiosas, militares, trabalhos mais importantes, e as mulheres, apenas e tão somente, à esfera reprodutiva, e trabalhos mais precarizados. Logo, considerando os padrões históricos sociais, a categoria ‘mulheres’, sejam elas brancas ou negras, são tidas como o sexo frágil, devem se dedicar às atividades ligadas à família, ao dever de cuidado para com os filhos e o marido, exercendo atividades ligadas à vida privada.

Historicamente, os trabalhos menos valorizados, menos remunerados e mais precarizados foram destinados às mulheres e ainda continuam sendo, independentemente de as mulheres terem um maior nível de escolaridade ou estarem mais preparadas para determinados tipos de trabalho. Essa disparidade no mercado de trabalho reflete uma profunda desigualdade de gênero enraizada na sociedade.

E é no processo de globalização que as mulheres são afetadas de forma ainda mais grave, já que esse, em todas as suas formas capitalistas — ajuste estrutural, liberalização do comércio, guerra de baixa intensidade; é, desde sempre, uma guerra contra as mulheres, principalmente às mulheres do Terceiro Mundo, “mas que prejudica o sustento e a autonomia das mulheres proletárias em todas as regiões do planeta, inclusive nos países capitalistas ‘avançados’” (Federici, p. 184-185, 2019). Isso porque a globalização, que tem por intuito dar ao capital corporativo o controle sobre o trabalho bem como sobre os recursos naturais, se mostra gravemente prejudicial para as mulheres.

A fim de alcançar seus objetivos, a globalização precisa “expropriar os trabalhadores de qualquer meio de subsistência que lhes permita resistir a

uma exploração mais intensa”. Assim sendo, um ataque sistemático às condições materiais da reprodução social é realizado, bem como aos principais sujeitos desse trabalho, . que, na maioria dos países, é composta por mulheres (Federici, p. 183, 2019).

Nesse sentido, Federici (2019) assevera que os programas de ajuste estrutural, criados para equilibrar e recuperar a economia, destruíram a subsistência das mulheres, já que o principal objetivo desses programas é a “modernização” da agricultura, o que significa que mais terras são destinadas ao cultivo comercial, e mais mulheres são deslocadas de suas terras, uma vez que elas são principais agricultoras de subsistência no mundo. Igualmente, os cortes no setor público afetam direta e primeiramente as mulheres, já que tais cortes resultaram na destruição dos serviços sociais e do funcionalismo. Assim, além das mulheres serem as primeiras a ser demitidas, são elas que sofrem com a falta de acesso ao serviço de saúde e ao cuidado infantil (Federici, p. 186. 2019).

A influência desproporcional das elites nas decisões políticas, inclusive, pode resultar em políticas públicas que não abordam adequadamente as necessidades específicas das mulheres. Por exemplo, as questões de equidade salarial, licença-maternidade, cuidados infantis acessíveis e outros benefícios essenciais para a participação plena das mulheres no mercado de trabalho podem ser negligenciados ou subfinanciados. Quando os interesses das corporações prevalecem, as políticas tendem a favorecer a maximização do lucro e a eficiência de curto prazo, em vez de promover a equidade e o bem-estar social.

Assim, as melhorias das condições sociais e econômicas das mulheres estão ligadas a uma “luta contra a globalização capitalista e a deslegitimação das agências e dos programas que sustentam a expansão global do capital, começando por FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC)” (Federici, p. 184-185, 2019). Também, é importante se atentar para a tentativa de trazer o conceito e a questão de “Gênero” para essas agências, pois pode ter um efeito mistificador, “por permitir que essas agências cooptem a luta das mulheres contra a agenda neoliberal em prol da construção de uma alternativa não capitalista” (Federici, p. 184-185, 2019).

Embora a pobreza não se restrinja ao caráter de renda per capita, tão somente, a análise do trabalho para as mulheres é determinante para o atual cenário, e deve ser colocada como prioridade nas análises acerca do tema. Isso porque a ideia da

hegemonia patriarcal e suas consequências no que tange ao trabalho da mulher estão diretamente ligadas àquilo que Helena Hirata e Danièle Kergoat trabalham com o conceito de divisão sexual do trabalho, entendendo como divisão sexual do trabalho “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos.” (2007, p. 599).

Toledo (2005) declara que as desigualdades alcançam mulheres oriundas das diferentes classes, com maior agravamento para as mulheres das camadas mais pobres. Nesse sentido, a existência de setores oprimidos e marginalizados não é fruto do acaso, mas resulta de um sistema que se assenta na desigualdade e na divisão sexual do trabalho, “[...] numa sociedade dividida em classes e num sistema econômico assentado sobre a exploração, a pilhagem e a submissão de milhões e milhões de seres humanos” (Toledo, p. 16, 2005). A opressão cultural e social das mulheres, combinada com a sua exploração econômica, tem as colocando em situação de desvantagem em relação aos homens, gerando uma situação de desigualdade de direitos, de discriminação social, cultural e econômica.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seus estudos sobre determinantes de gênero na pobreza das mulheres, indica que a desigualdade na participação do mercado de trabalho, desvalorização econômica e social das tarefas domésticas realizadas pelas mulheres, desigualdade no acesso a recursos reprodutivos, desigualdade de oportunidades de participação na tomada de decisões são fatores que incidem o nível de vulnerabilidade das mulheres (Szul e Silva, 2017).

O recorte de gênero na leitura do contexto da pobreza permite a constatação de seu agravamento entre as mulheres, especialmente entre as mulheres negras. Esse fenômeno pode ser designado como “feminização da pobreza”, termo este que surgiu nos anos 70, mas ganha forma durante a IV Conferência Mundial das Mulheres, em Beijing (China), no ano de 1995, para designar o aumento progressivo da pobreza entre as mulheres e dar visibilidade ao fato que elas estão cada vez mais pobres que os homens (Souza, 2013).

De acordo com o relatório da IV Conferência Mundial das Mulheres, a pobreza feminina é eleita como uma das doze áreas prioritárias pela crescente proporção de mulheres em situação de pobreza, em especial, nos países em desenvolvimento,

salientando que, além do fator econômico, também contribuem para esse fenômeno a rigidez das funções que a sociedade atribui por razões de gênero e o limitado acesso da mulher ao poder, à educação, à capacitação e aos recursos produtivos, assim como novos fatores que ocasionam insegurança para as famílias (Souza, 2013).

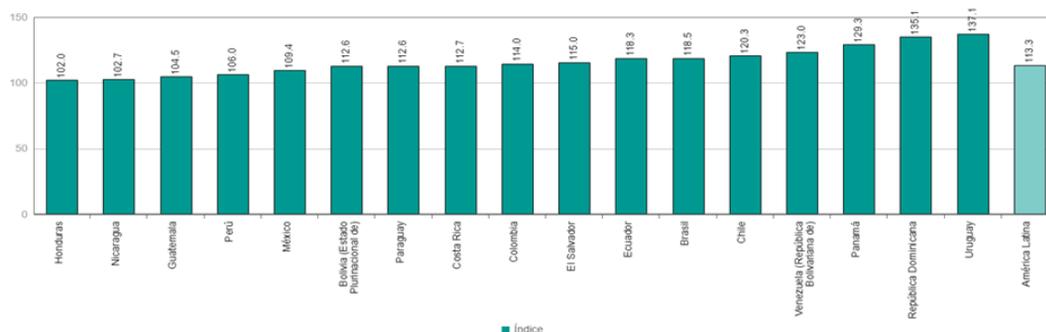
Costa et al (2005) estabelece seis possíveis definições, ou fatores determinantes do que vem a ser o fenômeno da feminização da pobreza, quais sejam:

[...] a) aumento da proporção das mulheres entre os pobres, b) aumento da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres; c) aumento absoluto na incidência ou na intensidade da pobreza entre as mulheres; d) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre mulheres e homens; e) aumento na incidência ou na intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres; f) e aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres e de famílias chefiadas por homens. (COSTA et al, 2005, p. 8).

O aumento das famílias chefiadas por mulheres ao longo dos anos ocasionou um grave impacto no aumento da pobreza e exclusão social, considerando a maternidade e a necessidade de adentrar no mercado de trabalho. A variável aumenta proporcionalmente ao número de crianças em cada domicílio, já que, muitas vezes, as mulheres assumem sozinhas a responsabilidade de criar e educar os filhos, já que os homens/pais não oferecem suporte financeiro, emocional, ou sequer registram seus filhos.

O Brasil, no ano de 2019, ocupava o 6º lugar entre os países da América Latina no índice de feminidade em domicílios pobres, de acordo com o Observatório de Igualdade de Gênero na América Latina e Caribe, conforme se extrai do gráfico a seguir. Esse índice mostra a disparidade na incidência de pobreza entre homens e mulheres. Um valor superior a 100 indica que a pobreza afeta em maior grau as mulheres; e um valor inferior a 100 demonstra a situação contrária.

## Índice de feminidade da pobreza (2019)



Fonte: ONU. Ano: 2022

De acordo com a ONU Mulheres, 1 em cada 10 mulheres no mundo vive em extrema pobreza. O número de mulheres e meninas vivendo em áreas afetadas por conflitos duplicou desde 2017; agora, mais de 614 milhões de mulheres e meninas vivem em áreas afetadas por conflitos. Nas áreas de conflito, as mulheres têm 7,7 vezes mais chances de viver em extrema pobreza. Prevê-se que a mudança climática fará com que 236 milhões a mais de mulheres e meninas passem fome até 2030, o dobro dos homens, que somam 131 milhões. Na idade laboral ótima, apenas 61% das mulheres estão no mercado de trabalho, em comparação com 90% dos homens.

Em 2019, para cada 100 homens vivendo em lares pobres da região, havia 112,7 mulheres nesta mesma situação. Isso evidencia a falta de autonomia econômica das mulheres – quem, na ausência de demais rendimentos aportados por outros membros da família, são mais propensas a estarem em situação de pobreza; o que se aprofunda em lares com maior presença de crianças, de acordo com dados extraídos do órgão pesquisador.

Ainda em relação à disparidade de gênero, Souza et al (2020) constatou que o número de domicílios chefiados por mulheres no Brasil teve um aumento. Enquanto em 2001 as residências chefiadas por mulheres eram de 26%, em 2015 esse número representou 42,2%. Ainda, os domicílios que estavam inseridos na condição de pobreza apresentaram uma evolução entre o mesmo período:

Observa-se que, tanto no caso dos domicílios chefiados por homens como os chefiados por mulheres, diminuíram o percentual que estavam na condição de pobreza; entretanto, em 2001 o percentual era maior para os homens do que

para as mulheres, e, em 2015, reverte-se tal situação, de maneira que o percentual de domicílios na condição de pobreza cujo responsável era do sexo feminino ficou maior do que os que eram chefiados por homens. Este dado aponta para a existência de um processo de feminização da pobreza no Brasil. (SOUZA et al, 2020, pg. 62)

Na tabela abaixo, extraída desse estudo, tem-se o percentual de domicílios que estavam inseridos na condição de pobreza, apresentando sua evolução entre 2001 e 2015, analisando por sexo do responsável pelo domicílio.

Ainda, quando se consideram as variáveis ‘sexo e etnia’, infere-se que a pobreza além de ter uma sobreposição no sexo feminino, também possui uma intensificação nas famílias chefiadas por mulheres da etnia negra e parda, conforme se extrai da tabela a seguir.

### Percentual de domicílios brasileiros inseridos na condição de Pobreza – Por sexo e etnia (2001 e 2015)

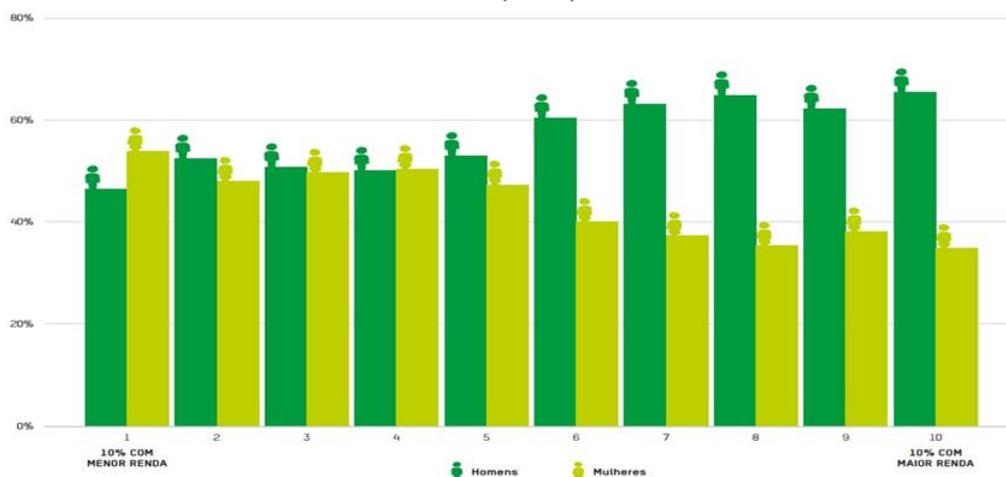
Se- xo	Etnia	Não Pobres		Pobres		Pobres					
						Pobres I		Pobres II		Extrem. Pobres	
		2001	2015	2001	2015	2001	2015	2001	2015	2001	2015
Feminino	Branco	63.01	75.97	36.9	<b>12.0</b>	29.2	<b>11.2</b>	6.82	<b>0.78</b>	0.88	0.03
		44.4			<b>19.2</b>	40.8	<b>17.4</b>				
	Preto	9	61.55	55.51	<b>3</b>	9	<b>7</b>	12.16	1.61	2.46	<b>0.14</b>
			58.7		<b>20.6</b>	39.7	<b>18.3</b>				
	Pardo	40.13	9	59.87	<b>1</b>	8	<b>0</b>	17.10	<b>2.13</b>	2.99	0.18
		74.8									
	Outros	72.46	2	27.54	12.59	17.51	10.15	<b>6.90</b>	<b>2.44</b>	<b>3.13</b>	0.00
Masculino		50.9		<b>49.0</b>		<b>40.9</b>	10.8				
	Branco	5	76.54	<b>5</b>	11.73	<b>0</b>	8	7.17	0.77	<b>0.98</b>	<b>0.08</b>
			62.5	<b>63.3</b>		<b>48.0</b>		<b>12.6</b>			
	Preto	36.61	0	<b>9</b>	18.75	<b>1</b>	16.99	<b>8</b>	<b>1.66</b>	<b>2.70</b>	0.10
		30.8		<b>69.1</b>		<b>47.2</b>		<b>17.8</b>			
Pardo	8	61.93	<b>2</b>	19.04	<b>9</b>	16.99	<b>6</b>	1.86	<b>3.98</b>	<b>0.19</b>	
			<b>40.4</b>	<b>13.0</b>	<b>32.3</b>	<b>12.4</b>					
	Outros	59.59	73.97	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	6.12	0.61	1.94	0.00

Fonte: Souza et al, 2020

Após a exposição destes perfis, é imprescindível compreender que as análises de gênero devem considerar o intercruzamento entre as categorias classe, gênero, raça-etnia e geração como expressão de uma perspectiva pluralista, onde se observa que os riscos das mulheres permanecerem nas classes mais pobres são maiores que os homens, mesmo em contextos de crises ou desemprego em massa, que afetam grande parte da população em geral. As mulheres ainda passam mais tempos desempregadas, em relação aos homens, e em empregos informais e precarizados, mais vulneráveis a não ter direitos trabalhistas ou previdenciários, e, ainda, detém a responsabilidade pela maioria dos lares, e das crianças em geral.

Assim, a discussão sobre a feminização da pobreza alia-se diretamente às categorias abordadas anteriormente, ou seja, o gênero analisado no seu viés histórico como resultado das relações sociais, e, por conseguinte, estão em maiores dificuldades de conseguir alcançar autonomia feminina e social, haja vista a escassez de políticas públicas e representação dessa parcela da sociedade.

### Proporção de pessoas em cada décimo de renda habitual advinda do trabalho, por sexo (2019)



Fonte: Democracia Inacabada. Ano: 2021

Acima, denota-se que as mulheres são a maioria nos primeiros decis de renda, ocorrendo o contrário com homens, relação que se inverte à medida em que aumenta a renda. Este cenário se repete na questão da representação política, indicando a persistência da vinculação entre poder econômico e poder político: nos decis de renda mais altos, homens constituem a maioria, o que se repete na análise do perfil dos políticos eleitos por todo o país.

### Considerações finais

O estudo e compreensão acerca do conceito de pobreza é fundamental para uma análise aprofundada e fundamentada sobre a temática, já que não é só a renda per capita o fator determinante das populações mais vulneráveis, e sim seus indicadores multidimensionais.

A categoria gênero, sob uma ótica histórica, é essencial para compreender os determinantes que atuam sobre a situação de pobreza feminina, sejam eles pela falta de

acesso a recursos, bens e serviços, na precarização e informalidade do trabalho, na diferença salarial entre gêneros e ocupações hierárquicas, na responsabilidade pela chefia dos lares e cuidados com as crianças, ou outros determinantes.

A feminização da pobreza, atrelada à insuficiência das políticas neoliberais e à crise capitalista, evidencia a urgência de uma reavaliação das abordagens econômicas vigentes. O presente estudo demonstra que a ênfase em cortes de gastos públicos e privatizações, exacerba a vulnerabilidade econômica das mulheres. Este modelo econômico não leva em conta as necessidades específicas das mulheres e, ao promover a desregulamentação do mercado de trabalho, intensifica a precarização e a informalidade, impactando desproporcionalmente as mulheres.

As políticas neoliberais falham em fornecer uma rede de segurança social adequada, deixando muitas mulheres sem acesso a serviços essenciais como saúde, educação e assistência infantil. Esta insuficiência resulta em uma dependência crescente do trabalho informal e precário, onde as mulheres enfrentam salários baixos, falta de direitos trabalhistas e nenhuma proteção previdenciária. A crise agrava ainda mais essa situação, à medida que as recessões econômicas e as políticas de austeridade reduzem ainda mais as oportunidades de emprego formal e de qualidade, empurrando mais mulheres para a pobreza.

A feminização da pobreza também é intensificada pela interseção de gênero com outras dimensões de desigualdade. As mulheres negras e pardas enfrentam barreiras adicionais, que as colocam em maior risco de exclusão econômica e social. Este contexto exige uma abordagem interseccional nas políticas públicas, que reconheça e aborde as múltiplas formas de discriminação e opressão. Soluções eficazes devem considerar essas complexidades para promover uma verdadeira equidade de gênero e justiça social.

Para combater a feminização da pobreza em meio aos neoliberais, é necessário um compromisso político robusto e uma mudança paradigmática na forma como as economias são estruturadas. Investir em políticas públicas que garantam direitos trabalhistas, proteção social e acesso universal a serviços essenciais é crucial. Além disso, promover a inclusão das mulheres no mercado de trabalho formal através de programas de capacitação e suporte à infância e à maternidade pode ajudar a quebrar o ciclo de pobreza. Somente através de uma abordagem integrada e inclusiva será

possível promover a autonomia econômica e social das mulheres, reduzindo a pobreza e construindo uma sociedade mais justa e igualitária.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. 1ªed.São Paulo: Boitempo, 2020, v. , p. 11-22.

ARRIAGADA, Irmã. **Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de gênero**. Revista de la Cepal, n.85, Abril de 2005, p.101-113.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 103, p. 576-590, jul./set. 2010.

COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2005. (Texto para discussão, n. 1137). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1137.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf)>. Acesso em: 01/02/2022

**Democracia Inacabada: Um retrato das desigualdades brasileiras**. Oxfam Brasil, 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **“Estado, Classes trabalhadoras e política social no Brasil”**. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana M. de Moraes, et al (orgs). **Política Social no capitalismo, tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 13 a 43.

JOHNSON, Guillermo Alfredo; KRIEGER, Moises. **Feminização da pobreza: um leitura crítica**. Disponível em : [https://www.researchgate.net/publication/267231140\\_FEMINIZACAO\\_DA\\_POBREZA\\_A\\_UMA\\_LEITURA\\_CRITICA](https://www.researchgate.net/publication/267231140_FEMINIZACAO_DA_POBREZA_A_UMA_LEITURA_CRITICA). Acesso em 01 fev. 2022

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe**. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/indice-feminidade-da-pobreza>. Acesso em: 28 jan.

2022.

ONU MULHERES BRASIL. **Organização das Nações Unidas dedicada à Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres no Brasil.** Estudo conduzido pelo PNUD e pela ONU Mulheres sobre direitos políticos das mulheres coloca o Brasil em 9º lugar entre 11 países da América Latina. Notícias [online]. 24 set. 2020. Disponível em <https://www.onumulheres.org.br/noticias/estudo-conduzido-pelo-pnud-e-pela-onu-mulheres-sobre-direitos-politicos-das-mulheres-coloca-o-brasil-em-9o-lugar-entre-11-paises-da-america-latina/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

ONU MUJERES. **Entidad de las Naciones Unidas para la Igualdad de Género y el Empoderamiento de las Mujeres.** Mujeres em la Política 2020. Situación al 1º de enero de 2020. <https://www.ipu.org/women-in-parliament-2020>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SAUVÊTRE, P. et al. **A escolha da guerra civil: Uma outra história do neoliberalismo.** São Paulo: Elefante, 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & realidade, v. 20, n. 2, p. 71-100, 1991.

SOUZA, Virginia de; PENTEADO, Camila; NASCIMENTO, Rafaelly do; RAIHER, Augusta Pelinki. **A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes.** IGepec, Toledo, v. 24, n.1, p. 53-72, jan./jun. 2020.

SOUZA, Roberta Menezes. **Feminização da pobreza em tempos de crise capitalista e assistencialização da questão social.** SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2012. Anais... Florianópolis, 2012.

STEIN, Rosa Helena. **Pobreza e desigualdade na América Latina sob o olhar dos organismos internacionais.** Ser Social, Brasília, n. 18, p. 79-125, Jan/Jun. 2006

SZUL, Caroline Dutra; SILVA, Lenir Mainardes da. **Feminização da pobreza no Brasil.** II SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2017, Anais... Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.** São Paulo: Sundermann, 2005.

ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa.** Tradução: Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Editora Boi tempo, 2011.